



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
CAMPUS A. C. SIMÕES  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**JESSILANE LOPES DA SILVA**  
**SARAH GABRIELLE DOS SANTOS NOBRE**

**UM ESTUDO SOBRE O NEOLIBERALISMO: ORIGEM, CONSEQUÊNCIAS E  
PERSPECTIVAS FUTURAS**

Maceió – AL

2024

**JESSILANE LOPES DA SILVA**  
**SARAH GABRIELLE DOS SANTOS NOBRE**

**UM ESTUDO SOBRE O NEOLIBERALISMO: ORIGEM, CONSEQUÊNCIAS E  
PERSPECTIVAS FUTURAS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal de Alagoas,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Aruã Silva de Lima

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586e Silva, Jessilane Lopes da.  
Um estudo sobre o neoliberalismo : origem, consequências e  
perspectivas futuras / Jessilane Lopes da Silva, Sarah Gabrielle dos Santos  
Nobre. – 2024.  
49 f.

Orientador: Aruã Silva de Lima.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) –  
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió,  
2024.  
Bibliografia: f. 43-49.

1. Neoliberalismo - Brasil 2. Reformas neoliberais. 3. Globalização. I.  
Nobre, Sarah Gabrielle dos Santos. II. Título.

CDU: 330.831.8



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS / FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL**

Documento assinado digitalmente



**JESSILANE LOPES DA SILVA**  
Data: 29/10/2024 14:32:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**DISCENTE: JESSILANE LOPES DA SILVA**

Documento assinado digitalmente



**SARAH GABRIELLE DOS SANTOS NOBRE**  
Data: 04/10/2024 18:35:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**DISCENTE: SARAH GABRIELLE DOS SANTOS NOBRE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 05.04.2024

**Título: “UM ESTUDO SOBRE O NEOLIBERALISMO: ORIGEM,  
CONSEQUÊNCIAS EPERSPECTIVAS FUTURAS”**

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente



**ARUA SILVA DE LIMA**  
Data: 28/10/2024 06:59:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Professor Dr. Aruã Silva de Lima ( orientador)**

Documento assinado digitalmente



**ANDREA PACHECO DE MESQUITA**  
Data: 28/10/2024 06:21:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Professora Dr<sup>a</sup>. Andrea Pacheco de Mesquita**

Documento assinado digitalmente



**REJANE CAROLINA HOEVELER**  
Data: 15/10/2024 12:47:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Dra. Rejane Carolina Hoeveler**

Dedico este trabalho à inspiradora resiliência de todos aqueles que enfrentam dificuldades em suas jornadas acadêmicas.

Mesmo diante das adversidades e dos momentos difíceis, permanecemos firmes em nosso propósito, e esta dedicação é uma expressão de gratidão, como também, um tributo à nossa determinação em alcançar nossos tão sonhados objetivos acadêmicos.

## **AGRADECIMENTOS**

Toda a minha graduação foi uma caminhada bem difícil, pois enfrentei diversas dificuldades ao longo do caminho, dificuldades estas que me fizeram em vários momentos pensar em desistir, mas o amor que adquiri e construí pela profissão sempre falou mais alto. E não menos importante esta etapa acadêmica do TCC também foi extremamente desafiadora para mim, mas também enriquecedora, e estou grata por todas as oportunidades de aprendizado e crescimento que ela proporcionou. Nesse sentido, expresso aqui meus mais sinceros agradecimentos a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha caminhada.

A Deus por ser meu guia, que me concedeu força, sabedoria, e perseverança ao longo da minha jornada acadêmica. Sua graça e amor foram essenciais para que eu pudesse aprender e crescer como estudante e como pessoa.

Ao meu pai (in memoriam) que era e sempre será a minha maior referência e o meu grande incentivador em quaisquer jornadas da minha vida. Obrigada por demonstrar tanto orgulho e confiança em mim enquanto estavas entre nós, sempre será por você e para você.

A minha mãe Sidirlene Lopes e minha irmã Sirlani Lopes, que sempre estiveram ao meu lado me incentivando, obrigada por acreditarem que eu sou capaz e suficiente... e isso ninguém nunca mais vai tirar porque foram vocês que me deram. O apoio inabalável de vocês foi fundamental para a minha motivação e confiança neste momento, amo vocês incondicionalmente.

A minha dupla do TCC e minha amiga Sarah Nobre, que fez a proposta de caminharmos juntas nesta etapa, meus mais sinceros agradecimentos por dividir comigo este desafio acadêmico e pela amizade linda que criamos durante a graduação, grata pelos momentos de alegrias e até mesmo os de agonias, a faculdade não teria sido a mesma se não fosse por você, obrigada.

A minha preceptora de estágio Gerusa Gonçalves – Assistente Social do CACON no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – que foi um dos meus grandes presentes da graduação, saiba que sem você eu não teria adquirido a paixão pela profissão na área da saúde, você foi essencial para que eu pudesse adquirir conhecimentos tão enriquecedores para a minha vida profissional. Muito grata!

A todos os professores que tive na graduação que despertaram ainda mais o meu interesse pela profissão, cuja orientação, conhecimento e partilha, foram de fundamental importância para meu crescimento acadêmico e para qualidade dos meus estudos.

A banca examinadora Prof. Dr. Aruã Silva de Lima, Prof. Dr. Andréa Pacheco Mesquita, Prof. Dr. Rejane Carolina Hoeveler. Sobretudo, ao meu orientador Prof. Dr. Aruã Silva de Lima pela tamanha paciência e tranquilidade, como também, por ter dedicado seu tempo e esforço para me guiar ao longo deste processo

E a todos os meus grandes amigos que torceram verdadeiramente por mim nesta minha caminhada. O meu muito obrigada!

***Jessilane Lopes***

## AGRADECIMENTOS

Entrei na faculdade em 2018 e desde então, durante esses 06 anos, a trajetória tem sido árdua e longa. Algumas pessoas passaram pelo meu caminho e outras permanecem, mas todas tiveram um papel muito importante até aqui. Essa parte do TCC vai, em especial, para essas pessoas, pois acredito que sem os laços que a gente forma ao longo da vida, nada faz sentido.

A minha vivência no Programa de Educação Tutorial Conexões de Saberes Serviço Social (PET SSO) é indissociável à minha trajetória acadêmica e eu não poderia começar os agradecimentos do meu TCC citando algo diferente. Através do PET pude desenvolver habilidades, viver experiências que não seriam possíveis fora do Programa, formei a maioria dos laços que tenho através da Universidade e eu não imagino minha graduação sem tudo que vivi, com as pessoas que vivi. A vivência da UFAL em si já foi uma grande quebra de tudo que eu achava que conhecia, mas através do PET eu pude sair de bolhas que nem imaginava que fazia parte, passando a enxergar o mundo de outra forma. Quero agradecer a todos/as os/as petianos/as que partilhei tanto em pouco mais de 4 anos (sim, mais tempo que o tempo convencional da graduação), mas em especial a: Alane, Juan, Samara, Letícia, Vinicius, Andressa, Débora, Patrícia, Lilian e Elisa. Alguns eu compartilhei mais tempo de Programa do que outros/as, mas com certeza são pessoas que eu vou levar para minha vida e quem eu admiro imensamente. Sou muito grata por ter compartilhado esse espaço com Alane e Juan, que além de grandes amigos pra vida, são meu espelho de profissionais (que se eu tiver sorte, dividirei outros espaços futuramente). Vinicius, admiro a sua coragem e criatividade para seguir o que acredita e explorar isso dentro de você! Samara, Letícia e Lilian foram pessoas que eu me identifiquei imensamente no Programa e deixaram a minha caminhada mais leve e divertida. Com Débora, compartilhei um pouco da minha intensidade e jeito de sentir/viver as coisas. Andressa e Patrícia, se um dia eu escrever (e falar) nem que seja UM POUQUINHO igual a vocês, serei mais completa, vocês me inspiram. Por fim (mas não menos importante), Elisa é o tipo de pessoa que só através do PET eu poderia me aproximar. Não temos muito em comum, mas ela sempre foi uma pessoa que me exalou calma e inteligência, daquelas que faz bem ter por perto, sabe? Que bom que a gente dividiu esse espaço!

Agradeço, também, a Professora e tutora do PET, Andrea Pacheco, que me acompanhou enquanto petiana (ou peruana) por todo esse tempo de Programa. Sempre nos inspirando a pensar fora da caixinha, com criatividade e sabedoria, Andrea inspira (e expira) revolução. Aos que eu não citei, mas que compartilhei vivências e afetos durante todo esse tempo, vocês também são imensamente importantes pra mim (de coração).

Em seguida, quero agradecer a minha família, que sempre acreditou fielmente em mim. Em especial a minha irmã, Samille, e a minha mãe, que vivenciou tudo comigo de pertinho (principalmente as madrugadas acordadas estudando ou terminando algum trabalho importante). A minha tia Joelma, que foi minha grande encorajadora a escolher esse curso e meu principal espelho profissional. Tia, espero que eu possa ser um pouquinho da assistente social que a senhora é! Quero agradecer, também, a minha vizinha Nilva, que sempre fez tanto por mim e me apoiou do jeitinho dela nos meus momentos de apertado. Meu pai e minha tia Emília, que mesmo de longe nunca deixaram de me apoiar e acreditar em mim também. Sou muito grata por ter vocês e poder ter contado com cada um nesse caminho!

Quero agradecer, também, as minhas melhores amigas Júlia, Dandara e Danka, que fizeram parte de todas as fases importantes da minha vida e não seria diferente nessa. Meninas, por cada palavra de apoio, pela força que sempre me deram e por sempre terem me encorajado quando eu nem acreditava tanto em mim, vocês foram essenciais pra mim nesse caminho e com certeza são parte disso (e da minha vida).

Agradeço, também, a minha best Rayanny, que desde que nos conhecemos e nos tornamos amigas, vem me inspirando (e encorajando) a ler mais e mergulhar no mundo da cultura. Ray, acredito que o grande dom da sua vida seja esse. Além da sua amizade, foi um dos maiores presentes que você me deu, sem que nenhuma de nós duas percebêssemos.

Começando a finalizar os agradecimentos, não poderia deixar de citar a minha dupla não só do TCC, mas da faculdade. Estamos juntas literalmente do início ao fim da graduação... e na verdade, não poderia ser diferente. Jessie, meus agradecimentos vão além da parceria no TCC, mas por todos esses anos. Em cada disciplina que a gente pagou (e sofreu junta), por cada lanche no IQB (ou na tenda), por cada conversa nos corredores do bloco 13, por cada ajuda em algum trabalho, mas principalmente por ter se tornado uma grande amiga pra vida. É incrível o quanto nós somos tão iguais, mas ao mesmo tempo tão diferentes, e de alguma

forma isso deu extremamente certo. Foi um prazer dividir tanto dessa minha vivência com você e espero que seja só o começo.

Quero agradecer, também, ao nosso orientador Aruã Lima, que teve tanta paciência com a gente e nos momentos que quase pensamos em desistir, esteve lá para nos encorajar. Não fomos uma dupla fácil, mas acabou dando tudo certo! Obrigada pela parceria na conclusão desse ciclo.

Agradeço a todos/as os/as profissionais e professores/as que fizeram parte dessa trajetória. Tenha sido através das disciplinas, cursos, palestras, estágios... cada um/a vai ser um pedacinho da profissional que eu vou ser. Quero agradecer, também, aos meus que não foram citados no corpo do texto, mas que sempre acreditaram em mim e me inspiraram, mesmo de longe (ou de perto). Por fim, quem de alguma forma não faz mais parte da minha vida, mas que em algum momento esteve comigo nessa caminhada, me apoiando e torcendo por mim.

Sinto que esses agradecimentos são como convite de festa: parece que a gente sempre está esquecendo alguém, mas não significa que essa pessoa deixa de ser importante. No mais, todo mundo teve um lugarzinho especial nessa trajetória que está só começando, me sinto grata, feliz e aliviada de encerrar esse ciclo.

**Sarah Nobre**

“Na contramão do mar do individualismo e insensibilidade ante aos dilemas da coletividade, os assistentes sociais reservaram sua capacidade de indignação, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos.”

**(Marilda lamamoto)**

## RESUMO

O neoliberalismo é um fenômeno histórico que está relacionado ao sistema de produção capitalista e apresenta influências significativas na dinâmica social, política e cultural a nível mundial. Em geral, o neoliberalismo é caracterizado pela diminuição do papel do Estado e pela redução drástica da participação governamental na economia. No entanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a definição do neoliberalismo, bem como sua pertinência e trajetória. Justifica-se a concretização desta pesquisa por ser um tema importante que necessita ser abordado com a finalidade de apresentar textos essenciais ao cenário atual. Neste sentido, esta pesquisa configura-se como de natureza teórica, de caráter bibliográfico com abordagem qualitativa. O método de análise empregado neste trabalho foi o descritivo. Com o intuito de oferecer ao/à leitor/a maior compreensão acerca da temática abordada, transcorrem os pontos relevantes. Portanto, dividimos metodologicamente o trabalho em quatro capítulos: no primeiro, foram apresentadas as origens do neoliberalismo e o neoliberalismo no Brasil; no segundo, as reformas neoliberais nas décadas de 1970 à 1990; no terceiro, a globalização e o neoliberalismo. E, por fim, no quarto capítulo, foram apresentadas as críticas e consequências do neoliberalismo. Atualmente, o neoliberalismo tem se mostrado altamente eficaz ao resgatar as ferramentas utilizadas pelo capitalismo para enfrentar a sua crise estrutural, o que tem levado a uma potencialização ainda maior das expressões da Questão Social. Conclui-se assim, que o neoliberalismo tem enfrentado críticas e questionamentos relevantes em relação às suas consequências na sociedade. Portanto, compreender e debater essas questões é fundamental para a construção de um modelo econômico mais justo, equitativo e sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo. Política Social. Serviço Social.

## **ABSTRACT/RÉSUMÉ/RESUMEN**

Neoliberalism is a historical phenomenon that is related to the capitalist production system and has significant influences on the social, political and cultural dynamics worldwide. In general, neoliberalism is characterized by a decrease in the role of the State and the drastic reduction of government participation in the economy. However, the objective of this work is to present the definition of neoliberalism, as well as its relevance and trajectory. The realization of this research is justified because it is an important theme that needs to be addressed in order to present texts essential to the current scenario. In this sense, this research is configured as of a theoretical nature, of a bibliographic character with a qualitative approach. The method of analysis employed in this work was the descriptive one. In order to offer the reader a greater understanding of the topic addressed, the relevant points go through. Therefore, we methodologically divided the work into four chapters: in the first, the origins of neoliberalism and neoliberalism in Brazil were presented; in the second, the neoliberal reforms in the 1970s to 1990s; in the third, globalization and neoliberalism. And finally, in the fourth chapter, the criticisms and consequences of neoliberalism were presented. Currently, neoliberalism has been shown to be highly effective in rescuing the tools used by capitalism to face its structural crisis. This has led to an even greater potentiation of the expressions of the Social Question. It is thus concluded that neoliberalism has faced criticism and relevant questions in relation to its consequences in society. Therefore, understanding and discussing these issues is fundamental to the construction of a fairer, more equitable and sustainable economic model.

**KEY-WORDS:** Neoliberalism. Social Policy. Social Service.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
SUS	SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Origens do neoliberalismo .....</b>	<b>16</b>
2.1.1 Neoliberalismo no Brasil .....	20
<b>2.2 Reformas neoliberais nas décadas de 1970 à 1990 .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 Globalização e neoliberalismo .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4 Críticas e consequências do neoliberalismo .....</b>	<b>34</b>
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo é entendido como uma doutrina política e econômica que surgiu no século XX embasado em teorias estabelecidas por teóricos economistas, como Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. A teoria neoliberal surgiu para propor uma nova leitura da esfera econômica do liberalismo clássico, tendo por alicerce uma visão econômica conservadora que almejava diminuir ao máximo a participação do Estado na economia (Andrade, 2019).

A investida neoliberal chegou ao Brasil na década de 1990 do século XX, e se materializou por meio de orientações de organismos externos. Na época, seus desígnios foram bem expressos no Consenso de Washington, um encontro do qual nasceram regras básicas formuladas com a finalidade de prescrever ajustes na economia dos países periféricos e que foram reiteradas por organismos como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) (Barcelos, 2015).

O neoliberalismo é um processo histórico relativo ao modo de produção capitalista que surgiu com categóricas interferências na dinâmica social, política e cultural do país. Em via de regra, pode-se dizer que as principais características do neoliberalismo são o enfraquecimento do Estado e a radical diminuição da participação estatal na economia (Andrade, 2019).

Segundo Nunes e Brito (2023) o neoliberalismo pode ser compreendido como “a face do capitalismo global contemporâneo” e definido como “um processo econômico global que envolve uma reforma política e social significativa baseada na primazia do mercado, na competição, na intervenção estatal mínima e na eficiência do setor privado” (Nunes, Brito, 2023)

Não obstante, o objetivo deste trabalho é apresentar a definição do neoliberalismo, bem como sua pertinência e trajetória. Justifica-se a concretização desta pesquisa por ser um tema importante que necessita ser abordado com a finalidade de apresentar textos essenciais ao cenário atual.

Neste sentido, a pesquisa se configura como de natureza teórica, de caráter bibliográfico com abordagem qualitativa. O método de análise empregado neste trabalho foi o descritivo. Com o intuito de oferecer ao leitor maior compreensão acerca da temática abordada, transcorreremos pontos relevantes. Portanto, dividimos metodologicamente o trabalho em quatro capítulos: no primeiro, serão

apresentadas as origens do neoliberalismo e o neoliberalismo no Brasil; no segundo, as reformas neoliberais nas décadas de 1970 à 1990; no terceiro, a globalização e o neoliberalismo. E, por fim, no quarto capítulo, serão apresentadas as críticas e consequências do neoliberalismo tendo em vista a relevância do tema na atual conjuntura, em que cada vez mais os valores neoliberais ganham mais espaço.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Origens do neoliberalismo

O liberalismo clássico – também conhecido por liberalismo econômico – foi uma doutrina política e econômica que se manifestou no século XVIII e consolidou-se somente no século XIX como forma de atender aos anseios da classe média de expansão da industrialização. Neste sentido, houve alegação da não interferência do Estado na economia para que esta fosse regulada por si própria e pudesse expandir-se (Colares et al., 2019).

Para Medeiros (2013, p. 23) “o liberalismo clássico representa a fase emergente do liberalismo, bem como o contexto histórico, político e econômico” que o suscitou, nos países da Europa. Inicialmente, o liberalismo é tratado por Mirian Warde como liberalismo clássico, na qual, “a ordem econômica em constituição e liberal é a ideologia da classe em luta contra as antigas forças” (Warde, 1984, p. 54 apud Medeiros, 2013, p. 23).

De acordo com a teoria, os liberais defendiam que o liberalismo era a única saída viável para beneficiar a todos (ricos e pobres), pois esta doutrina permitiria o crescimento econômico e a expansão industrial, fazendo gerar mais emprego e renda. Na prática, o abismo social existente entre as classes alta e média aumentou drasticamente e a qualidade de vida das camadas mais pobres da população se agravou (Colares et al., 2019).

Ao final do século XIX, a situação da classe trabalhadora era extremamente precária. Os trabalhadores não possuíam limites para jornadas de trabalho, não possuíam previdência e ao menos férias remuneradas. Além da ausência de descanso remunerado semanal, não possuíam qualquer direito (sobretudo ao salário mínimo), e, ainda, as situações de contratação dos funcionários eram decididas pela burguesia. No início do século XX, as organizações sindicais começaram a se multiplicar, e dessa forma, lutar cada vez mais pela conquista de direitos trabalhistas (Pinheiro et al., 2019).

O economista John Maynard Keynes notou que o sistema liberal não permitia o elevado aporte financeiro na economia, visto que a maioria da população não possuía dinheiro suficiente para consumir. De acordo com Keynes, o Estado tinha o papel de garantir um padrão mínimo de qualidade de vida para a população mais

carente e criar leis que regulamentassem o trabalho, com o intuito de conferir direitos aos trabalhadores e melhorar as suas condições, desenvolvendo, portanto, um Estado de bem-estar social (Colares et al., 2019).

As medidas propostas por Keynes concediam direitos e garantiam um padrão mínimo de qualidade de vida para todos, pois assim o Estado estaria auxiliando a economia, esta voltando a girar com maior aporte de dinheiro oferecido pela maioria da população, que conseqüentemente, teria acesso à serviços básicos, como saúde e educação, além de mais dinheiro para consumo. Com o Estado atuando, também garantiriam o pleno emprego, para assim, evitar o crescimento substancial do desemprego, além de controlar a inflação (Colares et al., 2019).

Em 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou, ocasionando grave crise financeira e gerando grande prejuízo em todo o mundo (a tão conhecida crise de 29). Foi considerado um período de caos econômico e instabilidade financeira, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Doravante a esse acontecimento, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, propôs o New Deal (novo acordo), que visava a implantação de medidas keynesianas para deter essa grave crise econômica (Pinheiro et al., 2019).

Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, diferentes nações europeias adotaram medidas amparadas por Keynes, a fim de reconstruir o cenário de devastação gerado pela guerra, o que fez surgir a chamada social-democracia (governo democrático capitalista com políticas voltadas para o bem-estar social). No entanto, o setor industrial, especialmente as indústrias de grande porte, ficaram descontentes com essa nova política. (Stein, Júnior, 2016).

Para a classe empresarial, o Estado de bem-estar social significava mais impostos a serem pagos e mais encargos trabalhistas (gastos com direitos dos trabalhadores, como salário mínimo, previdência, jornada de trabalho fixa e regulada, dentre outros). Esse Estado de bem-estar social requer uma máquina estatal forte e ampla, capaz de ofertar serviços básicos (educação, saúde, alimentação e saneamento) para toda a população. Para que essa máquina funcione, é necessário aumentar a arrecadação de impostos, todavia, o que os empresários não queriam era ter que pagar mais impostos (Losso, Losso, 2014).

Como proposta contrária ao modelo de Keynes, teóricos da Escola Austríaca de Economia, os economistas Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, criaram uma nova teoria (neoliberalismo) inspirada no liberalismo com propostas de redução do

papel e da máquina estatal, aumentando a participação da iniciativa privada na economia.

Em seguida, a Escola de Chicago, instituição liberal de economia norte-americana, também adentrou na história do neoliberalismo com as teorias dos economistas Milton Friedman e George Stigler. Essa instituição foi responsável pelo assessoramento à primeira experiência prática do neoliberalismo ocorrida no Chile, durante a ditadura militar da década de 1970, comandada por Augusto Pinochet. Na Inglaterra, também foram implantadas medidas neoliberais nas décadas de 1970 e 1980, pela ex-primeira-ministra britânica Margareth Thatcher (Stein, Júnior, 2016).

Por apresentar um conceito polêmico, o neoliberalismo, desde os anos de 1930, vinha sendo campo de grande debate para se obter uma melhor definição. A dimensão polêmica do termo ganhou nova veste com as reformas liberalizantes de Pinochet no Chile em 1978. Desde então, o conceito passou a ser adotado por seus críticos para designar instantaneamente a onda de desregulamentação dos negócios, de privatizações e de desmonte do Estado de bem-estar ao redor do mundo (Venugopal, 2015; Andrade, 2019).

Trazer o contexto do Estado de bem-estar social para o Brasil é uma tarefa difícil. Tradicionalmente, o país possui um sistema de proteção social que abrange áreas como saúde, educação, assistência social e previdência social. No entanto, o Brasil enfrenta desafios significativos na implementação efetiva dessas políticas. Em suma, esse estado de bem-estar social ainda é marcado por desafios e desigualdades. Embora existam programas e políticas em vigor, a eficácia e a qualidade dessas medidas ainda são questões a serem enfrentadas. Todavia, a busca pela igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e a melhoria da qualidade de vida continua sendo um objetivo importante para o país (Gurgel, Justen, 2021).

Na década de 1930 o neoliberalismo ultrajante deixou de ser apenas um conceito relacionado a uma política econômica e passou a englobar uma ampla gama de fenômenos ideológicos, políticos e culturais. Sua influência se estendeu aos movimentos sociais e às lutas anticapitalistas, como os Zapatistas e as greves francesas de 1995, bem como aos movimentos altermundialistas, ganhando popularidade internacional entre os ativistas. Assim, o termo passou a ser utilizado principalmente por seus críticos, deixando de ser um debate exclusivo entre economistas.

Apenas a partir do ano 2000 a discussão em torno do neoliberalismo se requalificou cientificamente, com cientistas sociais de diferentes especialidades, visando ofertar definições mais precisas. Além das contribuições de Pierre Bourdieu, Loic Wacquant e David Harvey, o debate se renovou com a publicação posterior do curso de Michel Foucault intitulado “*Naissance de la biopolitique*” (nascimento da biopolítica) (Stein, Júnior, 2016).

Baseado na primeira experiência econômica, o neoliberalismo ampliou-se e começou a ganhar seguidores. Um deles foi o Fundo Monetário Internacional (FMI) — agência da ONU criada em 1944 com o objetivo de observar, fiscalizar e atuar de modo cooperativo na economia global. O FMI objetiva, em tese, criar um ambiente de cooperativismo entre os países signatários, facilitando o comércio global e proporcionando empréstimos para recuperação de países em crise, usualmente, países em desenvolvimento (Andrade, 2019).

Em 1989, ocorreu a aprovação do Consenso de Washington, que se tornou um guia influente para as ações do FMI. O economista neoliberal John Williamson foi responsável por estabelecer esse consenso, que teve como objetivo criar um conjunto de diretrizes baseadas no neoliberalismo para a atuação do FMI. Os países latino-americanos em desenvolvimento, incluindo o Brasil, foram o principal foco desse consenso. Para receber assistência financeira do FMI, era necessário que esses países aderissem às regras do Consenso. No Brasil, a adesão a esse plano do FMI ocorreu durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (Stein, Júnior, 2016).

A comparação mais significativa e eficaz entre o liberalismo e o neoliberalismo está relacionada à diminuição da intervenção do Estado na economia. Enquanto um Estado liberal não interfere na economia, um Estado neoliberal o faz, ainda que de maneira limitada, direcionando sua participação apenas para a promoção de flexibilizações legais. No entanto, os neoliberais acreditam que os serviços básicos devem ser mantidos, apenas modificando a forma como são geridos, descentralizando-os do controle estatal e concentrando-os nas mãos da iniciativa privada.

A ideologia do neoliberalismo é uma corrente política e econômica que se baseia na defesa da liberdade individual, da livre iniciativa e da minimização da intervenção do Estado na economia. Uma das principais características do

neoliberalismo é a defesa do livre mercado, que se baseia na ideia de que a interação entre oferta e demanda, sem a interferência do Estado, é capaz de regular e otimizar a economia. Nesse sentido, busca-se reduzir a participação estatal na economia através da desregulamentação, privatizações e abertura comercial. No campo social, o neoliberalismo também tem valores conservadores em relação à defesa da liberdade individual, especialmente em relação à propriedade privada e à liberdade para empreender. Acredita-se que a propriedade privada é a base para o desenvolvimento social e econômico e que a liberdade individual deve ser protegida.

Além disso, o neoliberalismo valoriza a meritocracia e a competição como mecanismos eficientes para alcançar o sucesso e a prosperidade social. É ressaltada a responsabilidade individual, o esforço pessoal e o mérito como critérios para o sucesso, enquanto se critica a ideia de igualdade de resultados (Colares et al., 2019). Entretanto, é formidável ressaltar que o neoliberalismo não é uma ideologia homogênea e que existem diferentes interpretações e correntes dentro dele. Além disso, a aplicação do neoliberalismo em diferentes países e contextos pode variar dependendo das políticas e medidas adotadas.

Segundo Dardot e Laval (2016), ao modificar o capitalismo, o neoliberalismo teve um impacto significativo na transformação das sociedades. Portanto, não se trata apenas de uma ideologia ou política econômica, mas sim de um sistema normativo que se disseminou globalmente, estendendo os princípios do capital a todas as áreas das relações sociais e da vida humana.

Atualmente, tem-se observado um aumento do debate em torno do neoliberalismo e dos valores conservadores, especialmente em relação à sua influência sobre as desigualdades sociais e a polarização política. Enquanto alguns defendem que o neoliberalismo é a solução para problemas econômicos e promove o desenvolvimento, outros criticam seus efeitos negativos, como o aumento das desigualdades, a precarização do trabalho e a diminuição das proteções sociais.

### 2.1.1 Neoliberalismo no Brasil

O Plano Real, liderado pelo ministro da fazenda do governo de Itamar Franco em 1993 – Fernando Henrique Cardoso – iniciou um processo de estabilização da economia brasileira por intermédio da criação da Moeda Real e pela tomada de empréstimos do Banco Mundial e do FMI para fazer com que mais

dinheiro circulasse no Brasil. Em contrapartida, o País deveria adotar as medidas propostas durante o Consenso de Washington (Rodrigues, Jurginfeld, 2019). O Consenso de Washington, citado anteriormente, previa dez medidas, sendo elas: Disciplina fiscal; Reordenamento nas prioridades dos gastos públicos; Reforma tributária; Liberalização do setor financeiro; Manutenção de taxas de câmbio competitivas; Liberalização comercial; Atração de investimentos diretos estrangeiros; Privatização de empresas estatais; Desregulamentação da economia e a Proteção a direitos autorais. Dessa forma, sendo imprescindível citá-lo no contexto neoliberal.

Assim, as medidas neoliberais foram implementadas no Brasil durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, especificamente em 1994. Conhecido também como presidente FHC, ele conseguiu tirar o país de uma crise econômica que vinha se arrastando desde a década anterior, devido à desastrosa política do milagre econômico durante a Ditadura Militar. O objetivo do milagre econômico era expandir a economia brasileira por meio da importação de produtos, como eletrodomésticos e automóveis. No entanto, essa política resultou em grande endividamento da população em geral (Stein, Júnior, 2016).

Por outro lado, a economia sofreu uma desaceleração devido à falta de empregos e ao aumento das crises institucionais resultantes das enormes despesas do governo militar e dos desvios incalculáveis de fundos e corrupção adotados pelo governo. Como consequência, uma hiperinflação ocorreu e a moeda em circulação, o cruzeiro, sofreu uma drástica desvalorização. Vários planos de estabilização monetária foram implementados na tentativa de resolver a crise econômica, como o Cruzeiro Novo e o Plano Cruzado, que foram introduzidos como novas moedas em circulação, mas não conseguiram reduzir a inflação (Rodrigues, Jurginfeld, 2019).

Através das medidas neoliberais, os gastos estatais foram reduzidos, o Estado foi amortizado com a privatização e o preço baixo de várias empresas estatais, e foram ainda, dados incentivos para que empresas estrangeiras pudessem estabelecer novas filiais no Brasil. A economia estabilizou-se, contudo, a desigualdade social intensificou-se ainda mais que nos anos anteriores (Azevedo, 2013).

Os serviços públicos foram severamente afetados, resultando na falta de recursos materiais para escolas, hospitais e universidades públicas. Além disso, os salários dos professores, médicos, policiais e funcionários públicos em geral foram atrasados e os planos de carreira no setor público foram deteriorados. Como

consequência, houveram várias greves por parte dos funcionários descontentes, prejudicando ainda mais a população mais vulnerável, que enfrentava dificuldades para se alimentar, garantir acesso à saúde de qualidade e ter seus direitos à educação respeitados. Infelizmente, à medida que a economia se recuperava, as expressões da *Questão Social* eram negligenciadas.

De acordo com a visão do neoliberalismo, o Brasil é visto como um país dependente devido ao seu modelo econômico baseado na busca por recursos naturais e *commodities*<sup>1</sup> para exportação. Nessa perspectiva, essa dependência é vista por sua baixa diversificação econômica e pela vinculação em setores como agricultura, mineração e indústria extrativa. Essa dependência pode ainda ser observada como um obstáculo para o desenvolvimento sustentável, uma vez que o país está sujeito às flutuações do mercado internacional, que podem afetar negativamente sua economia.

O neoliberalismo no Brasil de 2000 a 2023 teve um papel significativo na política e na economia do país. Durante esse período, houve uma série de reformas e medidas adotadas pelos governos, em que buscavam promover a liberalização econômica, a redução do papel do Estado na economia e a abertura comercial.

No início dos anos 2000, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram implementadas uma série de reformas econômicas, como a privatização de diversas empresas estatais, a abertura dos mercados financeiros e de telecomunicações, além de medidas de ajuste fiscal. Essas medidas fizeram parte de um programa mais amplo de estabilização econômica, com o objetivo de combater a inflação e atrair investimentos estrangeiros (Stein, Júnior, 2016).

Posteriormente, nos anos seguintes, o governo Lula manteve algumas políticas neoliberais, como a continuidade das privatizações e o incentivo à abertura comercial. No entanto, seu governo também buscou implementar uma série de políticas sociais através de programas como o Bolsa Família, que visava reduzir a pobreza e a desigualdade no país (Brambilla et al., 2017).

Após o governo Lula, o governo Dilma Rousseff enfrentou um contexto econômico desfavorável, com crises financeiras internacionais e queda na demanda por *commodities*, que afetaram a economia brasileira. Durante seu mandato, foram

---

<sup>1</sup> Commodities são produtos essenciais utilizados como matéria-prima. Podem ser agrícolas, pecuários, minerais ou ambientais. Sua principal função é fornecer matérias-primas para a produção de uma variedade de produtos.

promovidas medidas de estímulo à indústria nacional e aumento do crédito, que buscavam impulsionar a economia. No entanto, a partir de 2016, com o golpe que pôs fim ao governo de Dilma Rousseff e, conseqüentemente, a posse de Michel Temer, um governo mais alinhado com as políticas neoliberais assumiu o poder. Sob seu comando, foram aprovadas reformas impopulares, como a reforma trabalhista e a reforma da previdência, que visavam reduzir custos e promover a flexibilização do mercado de trabalho.

Desde então, o Brasil tem passado por uma onda neoliberal que se estende até os dias atuais. Sob o governo Temer, foram intensificadas as discussões sobre reformas tributárias, privatizações de órgãos públicos, reformas previdenciárias e terceirização de serviços, propostas que já haviam sido apresentadas por parlamentares anteriormente. Além disso, foi promovida uma reforma trabalhista que resultou na remoção de alguns direitos da classe trabalhadora, os quais foram conquistados ao longo de anos de lutas sindicais, o que fortalece ainda mais o avanço do neoliberalismo no Brasil (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022).

A partir desses fatos, o neoliberalismo continuou sendo uma influência significativa na política e na economia do Brasil. Com a posse de Jair Bolsonaro em 2019, o governo seguiu as políticas neoliberais, promovendo a desregulamentação econômica, a privatização de empresas estatais e a redução dos gastos públicos.

Todavia, é importante observar que a presença do neoliberalismo no Brasil não é consensual. Críticos argumentam que as políticas neoliberais têm aumentado a desigualdade social e a concentração de renda, além de enfraquecer o Estado na garantia de direitos básicos para a população. Por outro lado, defensores argumentam que as políticas neoliberais são necessárias para promover o crescimento econômico e a eficiência (Dardot, Laval, 2016).

Em síntese, o neoliberalismo no Brasil dos anos 2000 a 2023 teve uma presença significativa na política e na economia do país com os governos adotando medidas de liberalização econômica, privatizações e redução do papel do Estado. No entanto, as conseqüências e os impactos dessas políticas ainda são objeto de debate e controvérsia (Fonseca, 2019).

## **2.2 Reformas neoliberais nas décadas de 1970 à 1990**

A ascensão das políticas neoliberais foi influenciada por uma série de circunstâncias históricas, incluindo crises econômicas e mudanças geopolíticas. Várias décadas de crescimento econômico tumultuado e problemas estruturais nas economias ocidentais abriram caminho para a criação de uma nova abordagem econômica baseada nos princípios do neoliberalismo.

Uma das principais crises econômicas que contribuíram para a ascensão do neoliberalismo foi a crise do petróleo da década de 1970. A turbulência causada pela OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ao quadruplicar os preços do petróleo teve um impacto profundo nas economias ocidentais. Inflação alta, aumento do desemprego e estagnação econômica resultaram em um descontentamento generalizado com as políticas econômicas praticadas até então (Barros, Pinto, 2010).

Essa crise também ocorreu em um contexto de mudanças geopolíticas significativas. O fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética descreditaram as ideologias socialistas e enfraqueceram o poder dos sindicatos e movimentos trabalhistas, que haviam desempenhado um papel importante na defesa de políticas econômicas mais intervencionistas.

Além disso, líderes políticos como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, aproveitaram o descontentamento econômico e o novo cenário geopolítico para promover suas agendas neoliberais. Esses líderes argumentaram que o intervencionismo estatal e as políticas de bem-estar social eram ineficientes e limitavam o desenvolvimento econômico. Eles promoveram a desregulamentação dos mercados, a redução dos gastos públicos, a privatização de empresas estatais e a liberalização do comércio.

Os defensores do neoliberalismo afirmavam que a livre concorrência, a autonomia do mercado e a minimização da intervenção estatal estimulavam o crescimento econômico e promoviam a eficiência. Eles acreditavam que os mercados livres, combinados com políticas monetárias rigorosas, levariam a um aumento da produtividade e à criação de riqueza.

Essas políticas foram gradualmente adotadas em várias partes do mundo, incluindo América do Norte, Europa Ocidental, América Latina e Ásia, através de reformas estruturais e acordos internacionais, como o Consenso de Washington. No entanto, apesar de seus objetivos declarados, as políticas neoliberais também enfrentaram críticas significativas. Argumenta-se que essas políticas levaram a um

aumento da desigualdade econômica e social, aprofundaram a marginalização de grupos vulneráveis, enfraqueceram o Estado de bem-estar social e exacerbaram as disparidades econômicas entre países (Lotta, 2019).

Após a crise econômica dos anos 1980, na década de 90, a América Latina passou por regimes democráticos e adotou políticas econômicas neoliberais. Essas políticas foram implementadas para enfrentar a crise, no entanto, resultaram no aumento alarmante do desemprego e da pobreza, o que afetou significativamente a população.

Um dos principais pontos de crítica às políticas neoliberais é o aumento da desigualdade de renda. A redução do papel do Estado na economia, a flexibilização do mercado de trabalho e a diminuição das políticas redistributivas muitas vezes resultaram em um aumento da concentração de renda. Isso levou a um aumento da pobreza e do fosso entre ricos e pobres (Kishi, 2015).

A sociedade assalariada começou a se fragmentar a partir da década de 1970, com maior intensidade entre 1980 e 1990, estando ainda mais precarizada nos países em desenvolvimento, como a América Latina. Segundo Campos (2017), o neoliberalismo e a reestruturação produtiva na América Latina resultaram em uma sociedade com uma grande quantidade de trabalhadores precários e excluídos.

Segundo Antunes e Alves (2004 apud Campos (2017), as mudanças no capitalismo contemporâneo são resultado da intensa destrutividade, que inclui a eliminação da força humana no trabalho e a destruição dos direitos sociais. Nesse contexto, a desregulamentação, a flexibilização e a terceirização expressam uma lógica societária na qual o capital detém um enorme poder, e a força de trabalho humana é apenas um meio de reprodução desse mesmo capital.

As reformas econômicas resultaram em processos de reestruturação das empresas, como a automação ou a terceirização de suas atividades, originando a redução na demanda por mão de obra e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. No entanto, é importante considerar que outros fatores também podem ter influenciado a taxa de desemprego na América Latina. Questões como a instabilidade política, crises econômicas e desajustes estruturais também desempenham um papel significativo na empregabilidade da região.

Portanto, o crescimento do imposto sobre o emprego pode ser uma das diversas variáveis que tiveram impacto direto no mercado de trabalho latino-americano e contribuíram para as taxas de desemprego observadas na época.

O aumento do imposto sobre o emprego é uma consequência direta dessas reformas. Os governos sob pressão para equilibrar as contas públicas e atrair investimentos, aumentaram os impostos sobre as folhas de pagamento, tornando mais caro para as empresas contratarem funcionários. Isso criou um ciclo vicioso, em que o aumento do desemprego levava a uma redução da demanda interna e, conseqüentemente, à diminuição da atividade econômica. Por sua vez, isso gerou mais demissões e mais cortes de gastos por parte do governo, agravando ainda mais o desemprego. Enquanto isso, os trabalhadores enfrentaram a difícil tarefa de encontrar emprego em meio a uma economia recessiva, com poucas oportunidades disponíveis e salários baixos. Dessa forma, muitos deles foram forçados a aceitar empregos informais, sem benefícios sociais e com salários precários, o que acontece até os dias atuais.

Assim, o mercado de trabalho informal expandiu-se nos anos 90 em decorrência dessas transformações capitalistas, adaptando-se para capturar as novas condições trabalhistas. Na América Latina, a informalidade no mercado revelou-se através da adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, regras e normas que envolvem as relações entre as empresas, as formas de inserção não laboral, os processos e as relações de trabalho e os conteúdos das ocupações (Campos, 2017).

As políticas neoliberais muitas vezes promoveram a flexibilização do mercado de trabalho e a redução das proteções trabalhistas. Embora isso tenha estimulado a criação de empregos em alguns setores, também pode ter resultado em uma maior precarização do trabalho, com baixos salários e aumentos da informalidade. Além disso, nem sempre o crescimento econômico resultante das políticas neoliberais foi suficiente para gerar emprego em escala adequada.

Essas políticas neoliberais também podem ter impactado em áreas como educação, saúde, meio ambiente e bem-estar social. Em alguns casos, houveram melhorias nessas áreas, como a expansão de serviços privados de qualidade. No entanto, também foram observados casos em que houve a perda de acesso a serviços básicos para a população mais vulnerável, devido à redução dos investimentos públicos nessas áreas.

No Brasil, ao serem implementados programas de privatização de várias empresas estatais, diversos setores foram abrangidos, como telecomunicações, energia, siderurgia e mineração. Nesse mesmo período, o país passou por uma

série de reformas no setor financeiro, as quais visavam aumentar a competitividade, reduzir a burocracia e atrair investimentos estrangeiros. A abertura comercial no Brasil, implementada durante esse período, foi um importante passo para o país se integrar à economia global. Essa reforma consistiu na redução de barreiras comerciais, como tarifas e restrições às importações, tornando o mercado doméstico mais aberto à concorrência estrangeira.

As reformas econômicas implementadas, como a abertura de mercados e privatizações, tiveram como objetivo atrair investimentos e impulsionar o crescimento econômico. No entanto, essas medidas muitas vezes resultaram em demissões em massa e instabilidade nos mercados de trabalho. Desta forma, durante a década de 1990, a pobreza se tornou um grande desafio, à medida que as políticas neoliberais foram implementadas e ultrapassaram os limites do controle social.

A fragilidade do emprego pode ser avaliada através de diversos indicadores, como remuneração, carga horária, nível educacional e segurança social. O salário mínimo é um indicativo forte de precariedade e, durante a década de 1990, permaneceu cerca de 30% abaixo do valor de referência, estabelecido em dólares americanos, conforme determinado por organizações internacionais como a CEPAL e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por esse motivo, o Estado e as organizações internacionais adotaram medidas para conter os mais pobres entre os pobres e mascarar, por meio de números, a verdadeira situação decorrente das políticas neoliberais. Nessa época, o Banco Mundial estabeleceu uma linha de pobreza para determinar o número de pessoas pobres no mundo. Segundo essa instituição, uma pessoa seria considerada pobre se vivesse com apenas dois dólares por dia, enquanto aqueles que viviam com apenas um dólar eram classificados como indigentes (Pereira, 2018).

A pobreza tem várias dimensões e é condicionada pelo modo como a produção, acumulação e distribuição de capitais e recursos são feitos, bem como pela escassez desses mesmos recursos. Esse fenômeno ganhou destaque devido à intensidade e crueldade da situação enfrentada por milhares de pessoas em todo o mundo. No entanto, é um fenômeno antigo que deu origem a novas formas, como o empobrecimento daqueles que não eram pobres e a fragmentação dos laços sociais, conceitos introduzidos por Robert Castel (1995).

Mattei (2015) ressalta que a pobreza possui duas importantes características quando analisada como uma questão de desempenho. A primeira é a extensão, que

corresponde ao número de pobres em relação à população total. A segunda é a intensidade, que mede a distância entre a renda média per capita de dois indivíduos pobres e o valor da linha de pobreza. Essas características são baseadas nos dados relativos à linha de pobreza utilizada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que representa o mínimo de renda necessário para que uma família - em determinado tempo e lugar - possa suprir todas as necessidades dos seus membros.

A privação e/ou a fragilidade do trabalho são os primeiros aspectos que se materializam na pobreza, exclusão social e desigualdade. De acordo com Campos (2017), a dinâmica do processo de exclusão implica estar à margem das formas econômicas, políticas e culturais de inclusão na sociedade. A exclusão econômica alude a falta de inserção no mercado de trabalho, dificultando o acesso à propriedade, ao dinheiro, à educação e à formação profissional. A exclusão política se baseia na dificuldade enfrentada pelos indivíduos de baixa renda em manter uma organização mínima que lhes permita participar das decisões que afetam suas condições de vida. E a exclusão cultural é a ausência, precariedade ou interrupção das relações sociais primárias que impedem a criação ou preservação desses laços.

A promoção das reformas estruturais nos países subdesenvolvidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) é contrabalanceada pelo conceito de necessidades básicas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotou o conceito de desenvolvimento humano, levando em consideração não apenas a dimensão econômica, mas também a social, cultural e política que afetam a qualidade de vida dos cidadãos. Com isso, a pobreza passou a ser compreendida de forma multidimensional, o que levou à implementação de programas de emergência e assistência básica aos pobres.

Uma das principais promessas das políticas neoliberais foi o estímulo ao crescimento econômico. Em alguns casos, observou-se um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e da produtividade em países que adotaram essas políticas. No entanto, em outros casos, os resultados foram mais modestos e em alguns casos até negativos, conforme fora explanado no decorrer dos textos. Além disso, o crescimento econômico muitas vezes beneficiou sobretudo os setores mais ricos da sociedade.

É importante ressaltar que a análise dos resultados das políticas neoliberais deve ser feita de forma abrangente, levando em consideração o contexto específico

de cada país e considerando tanto os aspectos positivos quanto negativos das mesmas. Além disso, é fundamental lembrar que existem diversas correntes de pensamento e interpretações sobre o neoliberalismo, e as conclusões variam de acordo com essas perspectivas.

### **2.3 Globalização e neoliberalismo**

No contexto atual, as políticas econômicas neoliberais têm causado transformações no mundo do trabalho, resultando em um aumento significativo do número de pessoas pobres. De acordo com os estudos de Sônia Leguizamón (2005), essas políticas representam uma nova fase da pobreza na América Latina. Nesse sentido, a autora destaca que a pobreza precisa ser compreendida como um fenômeno construído socialmente, resultado das interações sociais.

A pobreza é uma expressão da Questão Social dentro do contexto do Serviço Social, que está diretamente ligada ao modo de produção capitalista. No capitalismo, a riqueza é produzida por meio da exploração dos trabalhadores e da acumulação de capital por parte da classe dominante. Isso resulta em desigualdades sociais e econômicas, deixando muitas pessoas em situação de vulnerabilidade social. Deste modo, a pobreza é entendida como a falta de recursos necessários para satisfazer as necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde, educação e lazer. A exclusão social e a falta de acesso a oportunidades, como emprego digno e remunerado, também são características da pobreza no contexto do capitalismo.

No serviço social, o enfrentamento da pobreza é uma das principais demandas e desafios. Os/as assistentes sociais têm o papel de intervir nas situações de vulnerabilidade e exclusão social, buscando garantir acesso aos direitos e melhorar as condições de vida das pessoas em situação de pobreza. (Silva et al., 2018).

Segundo Robert Castel (2015), a globalização e as políticas econômicas neoliberais ameaçam a coesão social ao dismantelar o sistema de proteção que sustenta uma sociedade assalariada, construída com base no futuro. Na visão de Castel, na sociedade assalariada, a inserção social das pessoas está diretamente relacionada ao seu lugar no mercado de trabalho, não se limitando apenas à renda, mas também ao seu status, proteção e identidade.

A fragmentação da sociedade é considerada pelo autor como uma questão social importante na atualidade, pois não se trata apenas do fim do pleno emprego, mas também do aumento da instabilidade no emprego e do surgimento de trabalhadores desempregados. Castel ainda afirma que a performance ou manifestação mais visível e o maior risco social nas políticas econômicas são o efeito desestabilizador e dessocializador (Castel, 2015).

Segundo Andrade (2019), três movimentos reorganizaram o mercado de trabalho: a globalização, resultado do deslocamento espacial do emprego; o financiamento reduzido, que diminuiu a quantidade de empregos devido ao fortalecimento da base produtiva; e a reestruturação produtiva, que resultou em um novo mercado de trabalho segmentado e precário.

A globalização refere-se à crescente interconexão e integração das economias e sociedades em todo o mundo. É um fenômeno complexo que tem tanto efeitos positivos quanto negativos e que se relaciona de maneira significativa com as políticas neoliberais. Consideram-se efeitos positivos da globalização o acesso a mercados internacionais, isto é, a globalização permite que as empresas acessem mercados estrangeiros, expandindo seus negócios e aumentando as oportunidades comerciais.

A liberalização financeira no Brasil iniciou-se no final da década de 1980 e continuou sendo implementada ao longo da década de 1990, permanecendo até hoje. Durante esse período, foram adotadas medidas de abertura financeira e liberalização interna, visando facilitar a entrada de capital estrangeiro e permitir a operação de não residentes no mercado nacional. Além disso, também foram promovidas mudanças na política cambial e uma ampla transformação no setor bancário do país, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema Financeiro Nacional, abrangendo uma estrutura de financiamento de longo prazo.

A liberalização comercial e financeira refere-se à abertura dos mercados internacionais através da redução de restrições e barreiras comerciais, bem como da liberalização das transações financeiras entre países. Esse processo tem impactos significativos nas economias nacionais e nas relações internacionais (Vieira, 2020).

Em termos econômicos, a liberalização comercial impulsiona o crescimento econômico através do aumento do comércio internacional. Ao remover as barreiras comerciais, como tarifas e quotas, as empresas podem acessar novos mercados para vender seus produtos e serviços e se beneficiar de uma maior concorrência.

Isso pode resultar em um aumento da eficiência e da produtividade à medida que as empresas se especializam nas áreas em que são mais competitivas. Entretanto, a liberalização comercial também pode ter impactos negativos. A competição internacional intensificada pode levar ao fechamento de empresas menos competitivas e ao desemprego. Além disso, países em desenvolvimento podem se tornar mais dependentes de importações, o que pode levar a um aumento do déficit comercial e à vulnerabilidade econômica (Vieira, 2020).

No que diz respeito à liberalização financeira, esta envolve a abertura dos mercados financeiros para o livre fluxo de capital entre os países. Isso permite que investidores estrangeiros forneçam financiamento e invistam em projetos em outros países. A liberalização financeira pode trazer benefícios, como a mobilização de recursos para o investimento e o aumento da liquidez dos mercados financeiros. No entanto, a liberalização financeira também pode trazer riscos. Fluxos de capital voláteis podem causar instabilidade econômica, especialmente em países com sistemas financeiros frágeis. Também pode aumentar a especulação financeira, levando ao aumento do risco de crises financeiras.

Quanto às relações internacionais, a liberalização comercial e financeira pode fortalecer a interdependência econômica entre os países. Isso pode incentivar a cooperação e a pacificação, uma vez que os países têm um interesse mútuo em manter o livre comércio e a estabilidade financeira. Além disso, a liberalização comercial pode promover uma maior integração regional e multilateral, através da formação de acordos comerciais e organizações como a Organização Mundial do Comércio.

Outro aspecto a ser considerado é a influência da política financeira de países desenvolvidos. A política de cooperação financeira global é buscada pelo FMI, ONU e o Banco Mundial com o objetivo de promover a integração entre as nações. No entanto, um problema enfrentado é a desigualdade na relação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, resultando na compressão da economia dos últimos em detrimento dos primeiros. A relação desigual implica que um país possui uma influência maior e garante seus próprios benefícios em detrimento do país mais fraco.

Sob este enfoque, a liberalização comercial e financeira também pode criar tensões e desafios nas relações internacionais. Em suma, a liberalização comercial e financeira tem impactos significativos nas economias nacionais e nas relações

internacionais. Embora possa estimular o crescimento econômico e a cooperação internacional, também apresenta desafios e riscos que precisam ser gerenciados (Vieira, 2020).

Um outro ponto positivo da globalização é o desenvolvimento de cadeias globais de abastecimento. Isto é, as empresas podem aproveitar a especialização e a eficiência em diferentes partes do mundo, montando cadeias de produção globalmente integradas. Isso reduz os custos de produção e permite maior diversidade de produtos. Assim como o acesso a novas tecnologias e conhecimentos, também é um ponto positivo da globalização, pois facilita o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e práticas inovadoras entre países, acelerando o progresso tecnológico e o desenvolvimento.

Um dos benefícios da globalização pode estar também na redução da pobreza global, isto é, a integração econômica global auxiliou na redução da pobreza em várias partes do mundo, especialmente em países em desenvolvimento que conseguiram benefícios através do aumento do comércio e do investimento estrangeiro directo (Al-Alam, Massuquetti, Azevedo, 2017).

Segundo o autor Thomas Piketty, o capitalismo promove o aumento da riqueza, porém também contribui para o crescimento da desigualdade. No entanto, Piketty esclarece que essa desigualdade não é resultado apenas das forças naturais inerentes ao capitalismo, como o crescimento econômico, o aumento do capital humano e a evolução tecnológica.

No que diz respeito aos efeitos negativos da globalização, destaca-se a desigualdade econômica, visto que em muitos países, alguns setores e indivíduos se beneficiam mais do que outros. Isso é especialmente perceptível nos países dependentes, onde muitas vezes ocorre uma concentração de riqueza nas mãos de poucos. Outro fator importante está na degradação ambiental, ou seja, a busca por custos baixos de produção em um cenário de globalização pode levar a práticas irresponsáveis em relação ao meio ambiente, como a poluição da água e do ar, o desmatamento e o esgotamento dos recursos naturais (Campos, 2020).

Ao mesmo tempo em que a globalização influencia na redução da pobreza, pode gerar a perda de empregos. Isto é, a competição internacional pode levar ao deslocamento de empregos de setores tradicionais e manufatureiros para países com mão de obra mais barata, causando desemprego e pressionando os salários nesses setores em países mais desenvolvidos (Moraes, 2021).

A globalização pode ainda ser caracterizada como o processo de integração financeira e cultural entre os países. A partir do século XX, essa integração foi intensificada devido à difusão massiva dos meios de comunicação. No âmbito da educação, por exemplo, com a disseminação do neoliberalismo através do FMI e da globalização, os sistemas educacionais de países em desenvolvimento têm adotado gradativamente ações de cunho neoliberal e seguido concepções teóricas semelhantes para orientar seus currículos. Um exemplo disso são as privatizações e terceirizações de sistemas públicos de ensino e as parcerias entre iniciativas públicas e privadas para a gestão da educação (Campos, 2020).

As parcerias e privatizações são um claro sinal de que os governos não estão dispostos a assumir totalmente a responsabilidade pela educação pública e sugerem que a educação deve ser retirada do controle do Estado a fim de reduzir seus encargos. As escolas que adotam esses sistemas transmitem valores promovidos pela lógica neoliberal, como a meritocracia (a crença de que o sucesso se deve unicamente ao esforço individual) e a importância do empreendedorismo para os estudantes (Figueiredo et al., 2022).

Uma crítica que pode ser direcionada à introdução do neoliberalismo na educação está relacionada à formação. Enquanto uma abordagem educacional neoliberal busca capacitar indivíduos para se adequar ao mundo capitalista altamente competitivo, uma educação libertadora, focada na cidadania e no desenvolvimento intelectual, requer muito mais do que ensinar estratégias, técnicas e valores neoliberais, como a meritocracia (Bezerra, 2019).

Dessa forma, a ideologia neoliberal prega a redução do papel do Estado e, conseqüentemente, no campo da educação, enfatiza a crença de que os indivíduos têm a solução para os problemas sociais. Nesse sentido, termos como empreendedorismo social e cooperativismo são promovidos como forças capazes de suprir as lacunas decorrentes da escassez de investimentos governamentais (Bezerra, 2019).

As pressões decorrentes do neoliberalismo também são observáveis no crescimento da terceirização e precarização dos profissionais de saúde. A implementação das metas de saúde estabelecidas na Agenda 2030 é colocada em risco pela descontinuidade das políticas sociais federais, que ocorre sob a influência do neoliberalismo (IBGE, 2019).

Entende-se que a globalização está relacionada às políticas neoliberais devido ao seu foco na liberalização do comércio, na redução das barreiras à entrada de investimentos estrangeiros, na desregulamentação econômica e na redução do papel do Estado de modo geral. Essas políticas se baseiam na ideia de que a competição de mercado leva a um crescimento econômico sustentável e a melhores resultados para a sociedade como um todo. No entanto, a aplicação dessas políticas neoliberais pode aumentar os efeitos negativos da globalização, como a desigualdade econômica e a degradação ambiental. A busca por lucros e a falta de regulamentação podem levar a práticas comerciais injustas, exploração da mão de obra e abusos ambientais.

Portanto, é necessário um equilíbrio entre a globalização e as políticas neoliberais para minimizar os efeitos negativos, garantir a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e promover um crescimento econômico mais equitativo.

## **2.4 Críticas e consequências do neoliberalismo**

O neoliberalismo tem sido alvo de diversas críticas em todo o mundo. Essas críticas abordam vários aspectos, desde a desigualdade social até os impactos ambientais. Neste contexto, iremos explorar as principais críticas feitas ao neoliberalismo, incluindo aquelas relacionadas à desigualdade, precarização do trabalho, enfraquecimento dos serviços públicos e impactos ambientais.

Uma das principais críticas ao neoliberalismo é a sua contribuição para o aumento da desigualdade. Ao promover políticas de livre mercado e minimização da intervenção estatal na economia, o neoliberalismo favorece o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos e aumenta a disparidade entre os mais ricos e os mais pobres. A ausência de regulação e a concentração de poder econômico nas mãos de grandes empresas e instituições financeiras são vistos como fatores que intensificam essa desigualdade, com consequências negativas para a sociedade como um todo (Menchise, Ferreira, Álvarez, 2023).

Outra crítica importante está relacionada à precarização do trabalho. Com a busca pela redução de custos e aumento da competitividade, tendo em vista que o neoliberalismo tende a promover a flexibilização das relações trabalhistas, levando ao crescimento da informalidade, do trabalho temporário e precário. Isso resulta em menor segurança e estabilidade para os trabalhadores, além de dificuldades em

acessar direitos trabalhistas e benefícios sociais. A falta de proteção social adequada coloca os trabalhadores em situações de vulnerabilidade, perpetuando a desigualdade e a injustiça social (Cukier, 2020).

O enfraquecimento dos serviços públicos é outra crítica que se destaca no contexto neoliberal. Com a ênfase na eficiência do mercado, os serviços públicos, como saúde, educação e segurança, são muitas vezes privatizados ou submetidos a modelos de gestão empresariais. Isso pode levar à exclusão social daqueles que não têm condições de pagar por esses serviços, além de resultar em uma redução na qualidade e disponibilidade destes para a maioria da população. A privatização e a desvalorização do setor público também são criticadas por enfraquecer o poder de intervenção do Estado para corrigir desigualdades e garantir o bem-estar social (Menchise, Ferreira, Álvarez, 2023).

Por fim, os impactos ambientais são outra grande preocupação relacionada ao neoliberalismo. As políticas focadas no crescimento econômico e na maximização do lucro muitas vezes negligenciam a sustentabilidade ambiental. O estímulo ao consumo indiscriminado e à exploração dos recursos naturais sem uma preocupação adequada com o meio ambiente tem como resultado a degradação do ecossistema, o esgotamento de recursos não renováveis e as mudanças climáticas. Esses problemas ambientais, por sua vez, afetam de maneira desproporcional as comunidades mais pobres e vulneráveis (Cunha, Augustin, 2014). Existem diversos países que adotaram políticas neoliberais e enfrentaram desafios significativos como resultado. Alguns exemplos são: Argentina, México, Grécia, Chile e Reino Unido.

Após décadas de políticas neoliberais, implementadas principalmente na década de 1990, a Argentina passou por uma série de crises econômicas, incluindo o colapso financeiro de 2001. As medidas de austeridade e liberalização econômica contribuíram para o aumento da pobreza, desemprego e desigualdade social. Desde a década de 1980, o México adotou políticas neoliberais, incluindo a liberalização do comércio e a privatização de empresas estatais. No entanto, o país enfrentou desafios como o aumento da desigualdade e pobreza, alta informalidade no mercado de trabalho e dependência excessiva do setor de exportação.

Posteriormente à crise financeira de 2008, a Grécia enfrentou uma crise econômica significativa em 2009, após a adoção de políticas de austeridade neoliberal como parte dos esforços para equilibrar as finanças públicas como parte dos pacotes de resgate da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional.

Essas políticas incluíram cortes massivos nos gastos públicos, aumento de impostos e reformas estruturais; o que ocasionou a uma recessão econômica prolongada, aumento da pobreza e alto desemprego. Além disso, houve uma significativa migração de jovens talentos em busca de oportunidades melhores.

Tais políticas acarretaram consequências graves para o país. A Grécia entrou em uma recessão profunda, com uma taxa de desemprego alta e uma contração da atividade econômica. A austeridade levou a cortes nos serviços públicos, resultando em déficit ao acesso a cuidados de saúde adequados e educação de qualidade. Além disso, a desigualdade social se intensificou e muitos gregos experimentaram uma redução significativa em seu padrão de vida. Os cortes nos gastos do governo também levaram a uma queda no investimento público, impactando o crescimento econômico a longo prazo do país.

O Chile é outro país frequentemente citado como exemplo de país que adotou políticas neoliberais, especialmente durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). As reformas neoliberais no Chile incluíram a privatização de indústrias estatais, liberalização do comércio, redução do papel do Estado na economia e flexibilização das leis trabalhistas.

No entanto, essas políticas resultaram em desafios significativos. Embora o Chile tenha experimentado um crescimento econômico notável nas décadas seguintes, a desigualdade de renda também aumentou significativamente. O modelo neoliberal resultou em uma concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite, enquanto muitos chilenos ficaram presos em trabalhos mal remunerados e com benefícios sociais precários.

Além disso, a privatização de setores-chave, como saúde, educação e previdência, gerou críticas generalizadas. O sistema de pensões privatizado, por exemplo, tem sido objeto de protestos e indignação por causa das pensões baixas e da falta de proteção para os aposentados. A desigualdade de acesso aos serviços públicos também aumentou, com a educação e a saúde se tornando mais caras e inacessíveis para muitos chilenos.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Reino Unido também passou por um período de intensas políticas neoliberais sob a liderança da primeira-ministra Margaret Thatcher. Embora tenha havido um crescimento econômico inicial, o país enfrentou desafios como o aumento da desigualdade, o declínio da indústria manufatureira em

algumas regiões e a privatização de serviços públicos, resultando em redução da qualidade e aumento dos preços.

O Brasil também é um país que ao adotar políticas neoliberais, tem sido alvo de diversas críticas. Uma das principais é a concentração de renda e a desigualdade social acentuada, onde uma parcela da população concentra a maior parte da riqueza, enquanto a grande maioria vive em situação de precariedade. Além disso, o neoliberalismo tem sido responsabilizado pela falta de investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura, além do aumento do desemprego e da flexibilização dos direitos trabalhistas. Outra crítica é a falta de regulação e controle do mercado financeiro, que leva a crises econômicas e financeiras. Também é questionada a privatização de empresas estatais, que muitas vezes resulta na perda de patrimônio público e na vulnerabilidade do país diante de interesses privados.

As consequências do neoliberalismo no Brasil também incluem a fragilização da indústria nacional, já que a abertura para o livre comércio acaba por privilegiar produtos importados em detrimento dos nacionais. Além disso, o modelo neoliberal contribui para o aumento da dependência do Brasil em relação a países estrangeiros, já que a manutenção de uma economia voltada para a exportação de *commodities* agrícolas e minerais prejudica a diversificação produtiva (Oliveira, 2022).

O Brasil também tem enfrentado debates intensos sobre as tentativas de privatização do Sistema Único de Saúde (SUS) e das universidades públicas em decorrência da política neoliberal. No caso do SUS, o debate da privatização tem gerado muita polêmica, pois o sistema é um dos principais pilares do sistema de saúde brasileiro. O SUS foi promulgado em 1988, com a Constituição Federal, e é baseado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, garantindo o acesso gratuito e igualitário aos serviços de saúde a todos os cidadãos brasileiros. No entanto, o SUS tem enfrentado desafios estruturais e financeiros, o que tem gerado críticas e discussões sobre o modelo de gestão pública (Oliveira, 2021).

Os defensores da privatização do SUS acreditam que a gestão privada poderia trazer eficiência, qualidade e agilidade no atendimento aos usuários. Argumentam que a concorrência entre os serviços de saúde poderia estimular a melhoria da qualidade e o aumento da oferta de atendimento. Além disso, alegam que a concessão de serviços públicos à iniciativa privada poderia gerar recursos para investimentos no setor e reduzir a sobrecarga financeira do governo.

Contudo, os críticos argumentam que a privatização do SUS pode agravar as desigualdades sociais, pois os mais vulneráveis economicamente poderiam ter dificuldades em acessar os serviços de saúde. Ademais, temem que os interesses econômicos das empresas privadas possam prevalecer sobre o interesse do bem-estar coletivo, comprometendo a qualidade e aprimorando o acesso aos serviços de saúde. Há também preocupações com a falta de regulação e fiscalização adequadas, o que poderia levar a abusos e à precarização do serviço (Andrade et al., 2022).

No caso das universidades públicas do Brasil, as tentativas de privatização também geram debates acalorados. As universidades públicas são instituições de ensino e pesquisa voltadas para a formação de profissionais qualificados, a produção de conhecimentos e a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do país. A ideia de privatizá-las tem como argumento a busca por mais recursos para investimentos e a melhoria na qualidade do ensino.

Os defensores da privatização das universidades argumentam que a gestão privada traria maior autonomia e flexibilidade na busca por recursos, possibilitando investimentos em infraestrutura, equipamentos e melhorias no ensino. Acreditam que a competição entre as instituições de ensino promoveria a melhoria da qualidade do ensino superior no país. Além disso, alegam que a privatização poderia contribuir para a geração de mais recursos para a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico.

Por outro lado, os críticos da privatização das universidades públicas têm receio de que a busca por lucro possa comprometer a gratuidade do ensino e a equidade no acesso à educação superior. Também argumentam que a gestão privada poderia resultar na exclusão de grupos em situação de vulnerabilidade e no direcionamento do ensino para áreas mais rentáveis, em detrimento das ciências humanas e sociais. Além disso, há preocupações quanto à falta de transparência e prestação de contas, uma vez que as instituições privadas não estão sujeitas aos mesmos controles e mecanismos de fiscalização que as universidades públicas (Rossetto, Gonçalves, 2015).

Em suma, as tentativas de privatização do SUS e das universidades públicas no Brasil têm provocado discussões acaloradas e uma divisão de opiniões. A busca por eficiência, melhorias na qualidade e geração de recursos para esses setores é uma preocupação legítima, mas é fundamental que qualquer alteração na gestão

desses serviços seja precedida de uma discussão ampla e considerando os impactos socioeconômicos, de modo a assegurar a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso à saúde e à educação superior.

Sintetizando, o neoliberalismo no Brasil tem sido alvo de críticas que apontam para a concentração de renda, desigualdade social, falta de investimentos em áreas prioritárias, falta de regulação do mercado financeiro e fragilização da indústria nacional. As consequências desse modelo incluem a vulnerabilidade econômica do país, a dependência externa e a perpetuação da desigualdade.

Estes casos mencionados destacam os desafios enfrentados por países que adotaram políticas neoliberais, mostrando que as medidas podem levar a desigualdades sociais crescentes, piora nas condições de vida da população e aumento da vulnerabilidade econômica. É importante considerar esses exemplos ao avaliar os possíveis impactos das políticas neoliberais.

Em síntese, as políticas neoliberais podem contribuir para crises econômicas e instabilidades financeiras por meio da desregulamentação, privatização, liberalização comercial e enfraquecimento do Estado de bem-estar social. As consequências das políticas neoliberais, tanto positivas quanto negativas, continuam a ser objeto de debate atualmente (Menchise, Ferreira, Álvarez, 2023).

É importante ressaltar que a relação de causa e efeito entre a adoção de políticas neoliberais e os desafios enfrentados por um país pode ser complexa e influenciada por diversos fatores. Os desafios mencionados acima não são exclusivamente atribuíveis às políticas neoliberais, mas são exemplos de consequências negativas que muitos países enfrentaram ao adotar essas medidas.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O capitalismo é um sistema econômico que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção, da competição entre empresas e da busca pelo lucro. Nesse sistema, os preços e a alocação de recursos são determinados pelo mercado, no entanto, com a mínima interferência do Estado (Nunes, Brito, 2023).

Já o neoliberalismo é uma ideologia política e econômica que valoriza os princípios liberais do capitalismo. Isto é, o neoliberalismo pode ser considerado uma corrente dentro do capitalismo, pois defende valores e políticas que estão de acordo com o sistema econômico capitalista. No entanto, o neoliberalismo enfatiza ainda

mais a redução do papel do Estado na economia, defendendo a privatização de empresas públicas, a diminuição dos gastos governamentais e a eliminação de barreiras comerciais. Os neoliberais acreditam que a livre concorrência e a maximização dos interesses individuais levam ao crescimento econômico e ao bem-estar geral.

Entende-se que o neoliberalismo é uma corrente do pensamento econômico e político que defende o livre mercado, a livre concorrência, a privatização e a redução da influência estatal na economia. Suas origens remontam à década de 1930, mas ganharam força a partir da década de 1970, com o avanço do pensamento monetarista.

No Brasil, o neoliberalismo teve influência significativa a partir da década de 1990. Nesse período, foram adotadas diversas reformas neoliberais, como a abertura comercial, a redução do Estado, a flexibilização das leis trabalhistas e a privatização de empresas estatais (Coutinho, Mesquita, Nasser, 2019).

Entretanto, o Brasil é tido como um país dependente. Sob a perspectiva neoliberal, acredita-se que a presença estatal e a excessiva regulação dificultam o avanço econômico do Brasil. Obstáculos como burocracia, carga tributária elevada e falta de investimentos em infraestrutura são mencionados. Os defensores do neoliberalismo sustentam a ideia de que para diminuir tal dependência, o país precisa promover políticas de abertura comercial, atrair investimentos estrangeiros, reduzir a intervenção estatal na economia e buscar a diversificação de sua base produtiva (Menchise, Ferreira, Álvarez, 2023).

Todavia, a globalização foi um fator chave para a disseminação do neoliberalismo em todo o mundo. Ela envolveu a crescente integração dos mercados financeiros, o aumento do comércio internacional e a expansão das empresas multinacionais. O neoliberalismo se beneficiou desse processo ao promover políticas que favoreciam a abertura econômica e a desregulamentação.

O neoliberalismo também enfrentou críticas e consequências negativas. Seus opositores argumentam que essas políticas aprofundaram as desigualdades sociais e econômicas, precarizaram o trabalho, fragilizaram os serviços públicos e geraram crises financeiras. Além disso, a busca pelo lucro e a valorização do mercado em detrimento das necessidades sociais foram percebidas como uma ameaça à democracia e à soberania dos países.

Conclui-se assim, que o neoliberalismo tem enfrentado críticas e questionamentos relevantes em relação às suas consequências na sociedade. A desigualdade, o enfraquecimento dos serviços públicos, a precarização do trabalho e os impactos ambientais são algumas das principais áreas em que essas críticas se concentram. Compreender e debater essas questões é fundamental para a construção de um modelo econômico mais justo, equitativo e sustentável.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo é uma doutrina política e econômica que ressalta a importância da liberdade individual, do livre mercado e da redução do papel do Estado na economia. Sua importância pode ser vista de diversas perspectivas, dentre elas estão: crescimento econômico, poder de escolha dos indivíduos, redução da pobreza, e a globalização, podendo levar ao aumento do comércio internacional e à maximização da eficiência produtiva em escala global. Mas, do ponto de vista crítico do Serviço Social, não há outra definição a não ser a do Estado mínimo para o social e máximo para o capital. Dessa forma, direitos – vale mencionar que direitos estes, conquistados por meio de luta da classe trabalhadora – estão sendo cada vez mais precarizados e extintos com o auxílio das medidas (e ideologia) neoliberais.

Atualmente, o neoliberalismo tem se mostrado altamente eficaz ao resgatar as ferramentas utilizadas pelo capitalismo para enfrentar a crise estrutural. Isso tem levado a uma potencialização ainda maior das expressões da Questão Social. As principais características do neoliberalismo são a valorização do mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa privada, acompanhadas de uma rejeição acalorada à intervenção estatal na economia. Além disso, no campo ideológico, o neoliberalismo traz consigo valores conservadores que têm se tornado cada vez mais proeminentes.

Apesar de suas vantagens teóricas, o neoliberalismo também tem sido criticado por uma série de razões. Alguns argumentam que ele aumenta a desigualdade social, diminui o acesso a serviços essenciais e contribui com a exploração dos trabalhadores. Outros apontam que a ênfase no lucro e na eficiência pode levar a externalidades negativas, como danos ambientais. A importância do neoliberalismo é, portanto, um tema de debate e depende da perspectiva adotada.

## REFERÊNCIAS

AL-ALAM, E.L.; MASSUQUETTI, A.; AZEVEDO, A.F.Z. Os efeitos da liberalização comercial na pobreza das nações: uma análise por meio da renda real e do bem-estar. **Revista Econômica**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 29–58, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/35017/20271>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211–239, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 109–135, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ij/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/#>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

ANDRADE, R., et al. **O acesso aos serviços de saúde pela População em Situação de Rua: uma revisão integrativa**. Saúde em Debate [online]. v. 46, n. 132, p. 227-239, 2022. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/sdeb/2022.v46n132/227-239/#>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação Sociológica**, v.25, n.87, p.335-351, 2004. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0184.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

AZEVEDO, A.S. **Os governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e Lula**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Econômicas) Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 57f, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32724/1/2013\\_tcc\\_asazevedo.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32724/1/2013_tcc_asazevedo.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BARCELOS, F.G. **Serviço Social no contexto neoliberal: a importância de uma atuação intersetorial.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:  
<<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/10566/1/FBarcelos.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BARROS, P.S.; PINTO, L.F.S. **O Brasil do Pré-Sal e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).** Boletim de Economia e Política Internacional – IPEA, n.4, 2010. Disponível em:  
<[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4701/1/BEPI\\_n4\\_brasil.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4701/1/BEPI_n4_brasil.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BEZERRA, V.O. **Empresários e educação: consentimento e coerção na política educacional do ensino médio.** (Dissertação - Curso de Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2019. Disponível em:  
<<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/7117>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRAMBILLA, M.A., et al. Desenvolvimento municipal e Programa Bolsa Família no Brasil: uma análise espacial. **Revista ESPACIOS**, vol. 38, n.39, 2017. Disponível em: <<https://www.revistaespacios.com/a17v38n39/a17v38n39p13.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CAMPOS, L.F. **Globalização e desigualdade de renda no Brasil: dimensões, efeitos e assimetrias regionais.** (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2020. Disponível em:  
<[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34298/1/Tese\\_de\\_Doutorado\\_LedianyCampos\\_UFMG.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34298/1/Tese_de_Doutorado_LedianyCampos_UFMG.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2024.

CAMPOS, R.S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Revista Latino-americana POLIS**, n.47, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/12585>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Paris. Gallimard, 1995.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

COLARES, A.A., et al. Liberalismo, estado, colonialismo e educação: interfaces com o passado e as lições para a atualidade. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v.20, n.56, p.418-435, 2019. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-03052019000100418&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052019000100418&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 nov. 2023.

COUTINHO, D.R.; MESQUITA, C.F. M.; NASSER, M.V.N.A. M. Empresas estatais entre serviços públicos e atividades econômicas. **Revista Direito GV**, v. 15, n. 1, p. e1902, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/s7MFgCxfv7C7VKkLSNRnDmG/#>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CUKIER, A. O neoliberalismo como “desdemocratização” do trabalho. **Revista Direito e Práxis**, v.11, n.04, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/6LggRFfYJXmk4KcM9HKB5PB/#>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CUNHA, B.P.; AUGUSTIN, S. **Sustentabilidade ambiental [recurso eletrônico]: estudos jurídicos e sociais**. Dados Eletrônicos. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014. Disponível em: <[https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Sustentabilidade\\_ambiental\\_ebook.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Sustentabilidade_ambiental_ebook.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, G.O., et al. **Educação, direitos sociais e políticas públicas: práticas, críticas e utopias**. Salvador: EDUFBA, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36018/4/educacao-direitos-sociais-politicas-publicas-RI.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

FONSECA, F. **Impactos do neoliberalismo ao estado de bem-estar e à democracia: Uma análise conceitual e empírica**. Revista GIGAPP, v. 6, n.117, págs. 114-130, 2019. Disponível em:  
<[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/141-texto\\_del\\_articulo-523-1-10-20190416.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/141-texto_del_articulo-523-1-10-20190416.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2023.

GURGEL, C.; JUSTEN, A. **Estado de bem-estar social no Brasil: uma revisão ou a crise e o fim do “espírito de Dunquerque”**. Cadernos EBAPE.BR, v. 19, n. 3, p. 395–407, 2021. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/cebape/a/6pbKwvgDChJrJgdB98yFkny#>>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, v. 29. 2022. Disponível em:  
<[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/17/BPS\\_29.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/17/BPS_29.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LEGUIZAMÓN, S. **Trabajo y producción de la pobreza en latinoamérica y El Caribe: estructuras, discursos y actores**. 1a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

LOSSO, M.E.F.; LOSSO, M.R. **Direito do Trabalho**. Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia - Educação A Distância, Paraná, 2014. Disponível em:  
<<https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1427/Direito%20do%20Trabalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LOTTA, G. **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública. 2019. Disponível em:  
<[https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MATTEI, L. Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. **Revista Katálisis**, v. 18, n. 2, p. 222–230, jul. 2015. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/rk/a/KfQq6ZjnNrhdZ33Bf9XdBBP/#>>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MENCHISE, R. M.; FERREIRA, D. M.; ÁLVAREZ, A. L. F. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 16, n. 1, p. 1–21, jan. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dilemas/a/XzRkRqdpMRpMJWqcQF3d8wK/#>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MORAES, B.D.G. **A quarta revolução industrial e o desemprego tecnológico no Brasil**. (Trabalho de conclusão de curso) Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/19837/1/BDGMoraes.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MOROSINI, M.V.G.C.; FONSECA, A.F.; DE LIMA, L.D. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, [S. l.], v. 42, n. 116, p. 11–24, 2018. Disponível em: <<https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/125>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NUNES, J.; BRITO, C. A vida cotidiana do neoliberalismo: os cuidados de saúde à população em situação de rua no Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33030, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/fTy5Ct66dBxHRh5rD9Mfcqn/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

OLIVEIRA, C.S. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. **Revista Katálisis**, v. 25, n. 2, p. 365–373, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/8KY5H7rgCP9nPzZjbWRsB8q/#>>. Acesso em: 01 dez. 2023.

OLIVEIRA, J.F. **Avanço neoliberal e os desafios à política de saúde no Brasil**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, 2021. Disponível em: <[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaold\\_890\\_890612993a2b70e6.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaold_890_890612993a2b70e6.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2023.

PEREIRA, J.M.M. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 7, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.08022018>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PINHEIRO, L., et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td\\_2528.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2023.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 393–420, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/qMmsj7myGwszkK54T7PNDXH/?lang=pt#>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROSSETTO, C.B.S.; GONÇALVES, F.O. Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso. **Revista de Ciências Sociais - DADOS**, v. 58, n. 3, p. 791–824, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/KRjfSnXV87vpjDcGd8dtPDy#>>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVA, R.R., et al. **Estado no Neoliberalismo, Assistência Social e desafios para o trabalho profissional de Assistentes Sociais**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1 n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22799>>. Acesso em: 26 nov. 2023.

STEIN, G.Q.; JÚNIOR, R.H. Política Industrial no Brasil: Uma análise das estratégias propostas na experiência recente (2003-2014). **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 47, 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7375/1/ppp\\_n47\\_pol%C3%ADtica.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7375/1/ppp_n47_pol%C3%ADtica.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2023.

VENUGOPAL, R. Neoliberalismo como conceito. **Economia e Sociedade**, v. 44, n. 2, p. 165-187, 2015. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/60471/>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VIEIRA, F.C. **30 anos de liberalização financeira no Brasil: impactos para o sistema financeiro brasileiro e para o financiamento de longo prazo.**

(Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24083/FILIPPE%20DE%20CASTRO%20VIEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 nov. 2023.